REVISTA
INTERDISCIPLINAR
DE DIREITO

v. 23, n. 2, p. e20252312, **julho/dez. 2025.**
DOI: 10.24859/RID.2025v23n21863.

O início da era nuclear: 80 anos do ataque nuclear ao Japão

The beginning of the nuclear age: 80 years of the nuclear attack on japan

Antônio Celso Alves Pereira [1]

Resumo: O lançamento das bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki, pelos Estados Unidos, em 06 e 09 de agosto de 1945, respectivamente, em razão do poder destruidor da nova arma, surpreendeu e alarmou o mundo. Além disso, trouxe novos desafios ao direito internacional e à diplomacia, transformou totalmente as relações internacionais, por constituir-se, desde então, no principal indicador de poder político-militar no sistema internacional de Estados. No presente texto o autor pretende analisar e propor uma discussão sobre os acontecimentos históricos, científico-tecnológicos, político-diplomáticos e militares que levaram os Estados Unidos a ingressarem na Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, lançar o ataque nuclear contra o Japão, fato que inaugurou a Era Nuclear.

Palavras-chave: Direito Internacional; Armas Nucleares; Segunda Guerra Mundial; Estados Unidos da América; Japão.

Abstract: The dropping of atomic bombs on Hiroshima and Nagasaki by the United States on August 6 and 9, 1945, respectively, surprised and alarmed the world due to the destructive power of the new weapon. Furthermore, it brought new challenges to international law and diplomacy, completely transforming international relations, as it has since become the main indicator of political-military power in the international system of states. In this text, the author intends to analyze and propose a discussion about the historical, scientific-technological, political-diplomatic, and military events that led the United States to enter World War II and, subsequently, launch the nuclear attack against Japan, an event that inaugurated the Nuclear Age.

Keywords: International Law; Nuclear Weapons; World War II; United States of America; Japan.

[1] Doutor em Direito pela UFRJ. Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Veiga de Almeida. Professor aposentado da UFRJ e da UERJ. Ex-reitor da UERJ e do Centro Universitário de Valença, RJ.

INTRODUÇÃO

> *Em Hiroshima, nascia um novo tipo de guerra, e o que nos foi dado foi um vislumbre de sua letalidade. A guerra atômica era mesmo a morte, indiscriminada e total. E, depois de iroshima, a primeira missão dos líderes políticos no mundo inteiro passou a ser impedir a sua ocorrência.*
>
> *Michael Walzer*
> *Guerras justas e injustas*

- I -

O lançamento das bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki, pelos Estados Unidos, em 06 e 09 de agosto de 1945, respectivamente, em razão do poder destruidor da nova arma, surpreendeu e alarmou o mundo.

A partir desse trágico acontecimento, surgiu uma nova e terminante forma de guerra e uma nova forma de paz – a paz pelo terror –, fato que subverteu todos os conceitos tradicionais sobre a mensuração do poder militar dos Estados e, da mesma forma, sobre as doutrinas e estratégias militares.

Desse modo, trouxe novos desafios ao direito internacional e à diplomacia, transformou totalmente as relações internacionais, por constituir-se, desde então, no principal indicador de poder político-militar no sistema internacional de Estados.

Isso posto, é importante esclarecer que não se pretende no correr do presente texto, tratar do fenômeno nuclear em termos extensivos, porém, de forma específica, isto é, centralizar a análise e propor uma discussão sobre os acontecimentos históricos, científico-tecnológicos político-diplomáticos e militares que levaram os Estados Unidos a ingressarem na Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, lançar o ataque nuclear contra o Japão, fato que inaugurou a Era Nuclear.

- II -

Após o ataque japonês executado por 353 aviões de guerra do então chamado Serviço Aéreo Imperial da Marinha de Guerra Japonesa, contra a Base Naval dos Estados Unidos, situada em Pearl Harbor, no Havai, iniciado por volta de 7:48 horas da manhã do dia 7 de dezembro de 1941, um domingo, o governo norte-americano declarou guerra ao Japão no dia seguinte à surpreendente agressão armada, medida que contou com forte da sociedade norte-americana. Nesse quadro, é importante acrescentar o fato de que, desde 5 de setembro de 1939, conforme as chamadas Leis de Neutralidade, aprovadas pelo

Congresso norte-americano nos anos 1930, o governo do presidente Franklin Roosevelt, em consonância, naquela altura, com a tradição isolacionista do país, mantinha-se neutro em relação à guerra que ocorria na Europa. Na sequência desses fatos, Alemanha e Itália declararam guerra aos Estados Unidos em 11 de dezembro de 1941, realidade que consolidou a entrada dos norte-americanos na Segunda Guerra Mundial, mudou os rumos do conflito e foi fundamental para a vitória das Potências Aliadas contra o nazifascismo.

O ataque japonês a Pearl Habor foi surpreendente quanto ao local e a forma como se deu. Pesquisa Gallup, realizada dias antes, informava que 52% dos norte-americanos esperavam uma guerra com o Japão. Na segunda metade de 1941, analistas militares norte-americanos indicavam que, naquela altura, devido as tensas relações entre os Estados Unidos e o Império Japonês, um conflito armado entre os dois Estados podia eclodir a qualquer momento, mas que este, julgavam, teria início com um ataque do Japão às Filipinas, território que estava, à época, sob o controle dos Estados Unidos.[1] Um ano antes disso, considerando essa possiblidade, o presidente Roosevelt transferiu a Frota Naval dos Estados Unidos do Pacífico, que era sediada em San Diego, para Pearl Harbor.

É importante salientar que as relações entre os dois Estados estavam tensas desde o século XIX. Em 1843, por ordem do então presidente dos Estados Unidos, Millard Filmore, o comodoro Mattew Perry, comandando uma frota da Marinha de Guerra norte-americana, na tradição imperialista da diplomacia das canhoneiras, forçou o estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais dos Estados Unidos com o Japão, acontecimento que decretou o fim do isolamento japonês, que, então governado pelo Xogunato Tokugawa, há 200 anos, mantinha o Japão sob um sistema caracterizadamente feudal, fechado ao exterior, sustentando relações comerciais apenas com a China e com a Companhia Holandesa das Índias Orientais. Esses acontecimentos, e o temor de se transformar em presa fácil do imperialismo ocidental, convergiram para levar o Japão, em 1867, a decretar o fim do Xogunato e, sem condições militares para resistir à expansão imperialista ocidental na Ásia, o novo governo nipônico iniciou, em 1868, o bem sucedido projeto de modernização e militarização do país, ou seja, inaugurou a denominada Era Meiji (1868-1912), que, com a ascensão ao trono japonês do imperador Mutsuhito (1852-1912), restaurou-se o poder imperial, circunstância que permitiu ao Japão tornar-se, rapidamente, grande potência nos anos finais do século XIX. Os sucessos da Era Meiji

[1] *Ataque a Pearl Harbor.* Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ataque_a_Pearl_Harbor Acesso em 5 jun. 2025.

propiciaram ao Japão construir forte e eficiente estrutura educacional e tecnológica e, com isso, uma economia capitalista fundada em diversificado parque industrial. Porém, não contando com recursos naturais suficientes para abastecer sua indústria em franco desenvolvimento, o governo japonês, mirando o que acontecia na China, isto é, dominada pelo imperialismo ocidental, precisava expandir sua influência na Asia para obter matérias-primas, conquistar novos mercados, sustentar o seu vertiginoso crescimento econômico e garantir sua segurança. No desenvolvimento desse cenário, o Japão iniciou sua expansão no extremo oriente disputando com a China o controle da Coreia, disso resultando a Primeira Guerra Sino-Japonesa, que ocorreu nos anos 1894-1895. A forças japonesas impuseram humilhante derrota à China, que era governada pela dinastia Qing. O Tratado de Shimonoseki, celebrado em 17 de abril de 1895, encerrou a guerra entre a China e o Japão e impôs à China a obrigação de renunciar ao intento e submeter a Coreia à sua soberania. Por outro lado, obrigou também a China a reconhecer a independência da Península Coreana e firmar a cessão de Taiwan, Ilhas Pescadores e a estratégica Península de Liadong, situada no nordeste da China, ao Japão, além de obrigar a China a pagar pesadas indenizações.

Na segunda metade do século XIX, e nos anos iniciais do século XX, os Impérios Japonês e Russo entraram em franca competição na Ásia. Ambos, movidos por forte interesse expansionista, buscavam a hegemonia político-militar na região. O imperialismo russo tinha interesses em ocupar a Manchúria e a Península de Liaodong, territórios conquistados pelos japoneses na Primeira Guerra Sino-Japonesa, acima referida. Para conter a expansão russa na Ásia, principalmente após a construção pela Rússia da Ferrovia Transiberiana, os japoneses atacaram, de surpresa, a Frota russa do Pacífico, fundeada em Port Arthur, fato que iniciou a guerra russo-japonesa de 1904-1905. Esse conflito armado, de larga repercussão geopolítica, terminou com a vitória arrasadora das forças terrestres e marítimas japoneses. A derrota russa teve forte impacto interno e internacional e consolidou a posição do Japão como grande potência. Foi a primeira vitória de uma nação asiática sobre uma grande potência europeia, circunstância que modificou o equilíbrio na região. O Tratado de Portsmouth, mediado pelo presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt, selou a paz entre os beligerantes. O governo norte-americano temia que a continuidade da guerra poderia prejudicar os interesses dos Estados Unidos no continente asiático.

Nas primeiras décadas do século XX, em consequência expansão japonesa na

Ásia, as tensões entre Estados Unidos e Japão escalaram a partir da ocupação japonesa da Manchúria, em 1931, e se agravaram com a invasão da China, pelo Japão, em 1937.

Embora mantendo relações comerciais normais com o Japão nessa época, principalmente exportação de petróleo e de sucata metálica e de outros produtos, e declarando-se neutro em relação ao conflito com a China, os Estados Unidos protestaram com veemência contra o expansionismo nipônico no Pacífico e passaram a fornecer créditos e equipamentos à China. Em 16 de julho de 1941, ao tomar conhecimento da ocupação japonesa da colônia francesa na Indochina, e que o governo de Vichy não havia tomado qualquer medida a respeito, Roosevelt congelou os bens japoneses nos Estados Unidos e suspendeu o fornecimento de petróleo ao país.[2] Como informa Paul Johnson, antes do ataque a Pearl Harbor, militares japoneses, como o almirante Yamamoto, o mais competente dos comandantes navais do Japão, advertiam que seu país poderia obter vitórias em algumas batalhas contra os Estados Unidos, mas não teria condições de vencê-los em uma possível guerra. Outro militar, o coronel Iwakuro, especialista em logística do Supremo Comando Militar do Japão, em reunião para discutir a provável guerra com os Estados Unidos indicava, estabelecendo comparações entre os recursos naturais e industriais dos Estados Unidos e do Japão, demonstrava da seguinte forma as vantagens comparativas e a superioridade norte-americana: produção de aço vinte a um; petróleo cem a um; navios de guerra dois a um; força de trabalho especializada cinco a um. Total global dez a um.[3] Contudo, o comando militar japonês, confiante que uma ação preventiva, amplamente destruidora, contra a Frota norte-americana ancorada em Pearl Harbor, impediria, por um bom espaço de tempo, qualquer ação naval dos Estados Unidos na região, fato que permitiria ao Supremo Comando de Guerra japonês consolidar suas planejadas conquistas territoriais no sudeste da Ásia, ou seja, a ocupação de colônias do Reino Unido, dos Países Baixos e de territórios sobre o controle do Estados Unidos no Pacífico. Além disso, a destruição da Frota norte-americana do Pacífico, pressupunham os japoneses, lhes permitiria ganhar tempo, não somente para consolidar suas conquistas na Ásia, como também para ampliar sua força naval e terrestre na região, antes de concluída a ampliação da armada norte-americana, que estava em marcha por meio da *Lei Vinson-Walsh*, aprovada em 19 de julho de 1940, também chamada *Lei da Marinha*

[2] JOHNSON, Paul. *Estados Unidos – La historia.* Buenos Aires: Ediciones B Argentina, S. A. 2001, p. 676.
[3] Ibidem, p. 677.

dos dois Oceanos. Essa lei recebeu o nome dos congressistas Carl Vinson e David Walsh, que, naquela época, presidiam o Comitê de Assuntos Navais do Congresso Norte-Americano. Ela foi fundamental para as futuras vitorias navais do Estados Unidos no Pacífico e no Atlântico, na medida em que propiciou ao país modernizar e ampliar, em 70%, o número de belonaves e de aviões da Marinha de Guerra norte-americana.

Assim, ao mesmo tempo em que os aviões oriundos dos seis porta-aviões da Marinha Imperial Japonesa, dois encouraçados, dois cruzadores pesados, um cruzador leve, nove contratorpedeiros, 23 submarinos, 353 aviões militares participavam do ataque a Pearl Harbor, tropas japonesas invadiam as Filipinas, Guam e Ilha Wake, territórios sob soberania americana, bem como as colônias britânicas da Malásia, Singapura e Hong Kong. No ataque a Pearl Harbor, além da destruição de parte da frota norte-americana, de instalações da Base Naval e de 188 aviões, 2.323 norte-americanos mortos, e de 1.178 que restaram feridos, historiadores militares norte-americanos afirmam que foi limitado o êxito da operação e, consequentemente, os resultados estratégicos para o Japão foram magros.[4] Da Frota Naval Norte-Americana do Pacífico os japoneses deixaram fora de ação 8 encouraçados, sendo que, destes, quatro foram apenas danificados, 3 cruzadores, 3 contratorpedeiros danificados e destruíram totalmente os encouraçados *Arizona e Oklahoma.* Entretanto a maior parte dessa Frota sofreu apenas danos parciais e algumas belonaves afundaram em águas rasas, situação que permitiu recuperá-las. A maioria da tripulação da Base escapou. Em pouco tempo recuperados, os navios danificados voltaram ao serviço ativo e participaram de importante operações no Pacífico. Além disso, os tanques de combustíveis não foram destruídos e a base de submarinhos ficou intacta. Os três porta-aviões da Frota do Pacífico não foram atingidos, porque estavam em alto mar quando se deu o ataque japonês.

A participação dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, mudaria, como todos sabem, os rumos do conflito, na medida em que, rapidamente, o governo do presidente Franklin Roosevelt mobilizou enormes recursos humanos e materiais, principalmente a sua grande capacidade industrial e científico-tecnológica. Segundo Paul Johson, todos os problemas, frustações e restrições dos anos da Grande Depressão dos anos 30 se dissiparam da noite para o dia. No primeiro ano da entrada dos Estados Unidos no conflito, o país construiu mais de 24 mil tanques de guerra e 48 mil aviões entre caças

[4] JOHNSON, op. cit. p. 677.

e bombardeiros. A produção de armas foi superior ao que produziram os Estados inimigos juntos no mesmo período. Nos anos seguintes essa produção aumentaria consideravelmente e, colocada no esforço de guerra dos Aliados no continente europeu contra a Alemanha e a Itália, e dos próprios norte-americanos e britânicos no Pacífico contra o Japão, foram decisivos para a vitória contra o Eixo Berlin, Roma, Toquio.[5] Para se ter uma ideia da decisiva contribuição norte-americana para a vitória aliada, entre 1941 e 1945, por meio do *Programa Lend-Lease*, criado em 11 de março de 1941, os Estados Unidos forneceram equipamentos militares, suprimentos e outras formas de ajuda material, a título de empréstimo, aos seus aliados durante a Segunda Guerra Mundial, que em valores que hoje custariam 647 bilhões de dólares.[6]

Nos primeiros meses do ano de 1945, a poderosa máquina de guerra da Alemanha nazista estava praticamente destruída pelas forças aliadas. Reunidos no Palácio Livadia, que foi residência de verão dos tzares, situado em Ialta, na Criméia, no período de 4 a 11 de fevereiro de 1945, Franklin Roosevelt, Josef Stalin e Winston Churchill, considerando que o fim da guerra na Europa era questão de dias, além de projetarem, para o pós-guerra, entre outras medidas, a divisão da Alemanha em quatro partes a serem ocupadas pelos Estados Unidos, União Soviética, Reino Unido e França decidiram, também, sobre a criação das Nações Unidas e que a União Soviética entraria na Guerra no Pacífico, em até 90 dias depois da rendição alemã. Na frente ocidental, o desembarque dos Aliados, em 6 de junho de 1944, na Normandia, foi o início da campanha de libertação dos territórios que os nazistas ocupavam no noroeste da Europa, fato que propiciou a vitória dos Aliados na frente ocidental. Por outro lado, na Frente Oriental, após derrotarem os nazistas em Stalingrado, o Exército Soviético dirigiu sua vitoriosa ofensiva à Alemanha. Em abril de 1945, suas forças entravam em Berlin e, no dia 30 deste mesmo mês, com o suicídio de Adolf Hitler, selavam sua vitória. Por fim, em 08 de maio de 1945, os alemães assinaram a rendição incondicional, fato que decretou o término da Segunda Guerra Mundial no teatro de operações europeu.

Contudo, no Pacífico, os líderes militares japoneses, desde os meses finais de 1944, sabiam que, para eles, a guerra estava perdida, suas forças armadas completamente destroçadas, porém, por questões de honra, prolongavam a guerra na tentativa de evitar

[5] JOHNSON, op. cit. p. 678.
[6] Sobre o tema, ver MELLO, Lane: *Lend-Lease: A ajuda dos EUA para a vitória soviética na Segunda Guerra Mundial.* Disponível em: https://fatosmilitares.com/lend-lease-a-ajuda-dos-eua-para-a-vitoria-sovietica-na-segunda-guerra-mundial/ Acesso em 17 nov. 2024.

uma rendição incondicional como a firmada pela Alemanha. Queriam negociar; porém, os Estados Unidos exigiam imediata e incondicional rendição. Em busca de meios que lhes permitisse abrir com os norte-americanos as negociações de paz e, com isso, obter um acordo honroso, o gabinete japonês pediu a mediação da União Soviética, com a qual o Japão tinha um Pacto de Neutralidade, também chamado Pacto de Não-Agressão Nipônico-Soviético, firmado em 13 de abril de 1941, com validade de cinco anos. Os Soviéticos rejeitaram o pedido de mediação e comunicaram à chancelaria japonesa, oito dias antes de vencer o prazo de vigência do Tratado, ou seja, em 5 de abril de 1945, que não aceitavam mediar o conflito armado do Japão com os Estados Unidos e que não tinham interesse em realizar negociações para renovar o Pacto.

Em razão disso, firmes na rejeição à possibilidade de rendição incondicional, o comando militar japonês resolveu agrupar o que restava de suas forças nas ilhas principais do seu território e, com isso, enfrentar a derradeira batalha, ou seja, a possível invasão norte-americana do arquipélago japonês, que é formado por centenas de ilhas, entre as quais 426 são habitadas. Entretanto, quatro ilhas correspondem a 97% do território japonês: *Hokkaido, Honshu, Shikoku e Kyushu*. A capital, Tóquio, está situada na ilha de *Honshu*, que é a maior do conjunto insular. A estratégia utilizada pelos Estados Unidos para forçar a rendição incondicional do Japão traduziu-se, a partir de novembro de 1944, a exemplo do praticado contra a Alemanha, na intensificação dos bombardeios indiscriminados sobre as ilhas do arquipélago japonês, por meio das super fortalezas voadoras B-29, baseadas nas Ilhas Marianas, território que era ocupado pelos japoneses, desde 1914, e que os norte-americanos conquistaram entre junho e novembro de 1944. Em maio de 1945, Tóquio, Osaka e outras grandes e pequenas cidades do interior estavam arrasadas por bombas incendiárias. Em julho de 1945, somente em Tóquio, 800 mil moradias foram destruídas, 150 mil civis mortos, milhares de pessoas vivendo nas ruas, fora as perdas nos vários campos de batalha em territórios asiáticos e nas águas do Pacífico. Forçando a rendição incondicional, os norte-americanos intensificaram os ataques aéreos e suas forças navais bombardearam, pesadamente, sem resistência durante todo o mês de julho, as localidades situadas nas regiões costeiras do Japão. Dessa forma, antes do lançamento das bombas atômicas, os ataques aéreos haviam destruído 2.250.000 construções residenciais, em 72 regiões do País, deixando 9 milhões de japoneses ao desabrigo, causando a morte de 260.000 pessoas e ferido 410.000.

Apesar disso, as lideranças do Conselho Supremo Japonês mantinham-se firmes

no propósito da não rendição. Este Conselho, prevendo a possível invasão direta das principais ilhas por forças norte-americanas, resolveu executar o plano final de defesa, denominado *Operação Decisão,* aprovado em 6 de junho de 1945, mediante legislação especial, e que consistia na utilização de 10.000 aeronaves, em sua maioria aviões de treinamento transformados numa espécie de bombas voadoras, a serem pilotados por *kamikazes,* palavra que significa "vento divino", em japonês, e que deu nome aos aviadores suicidas nipônicos na Segunda Guerra Mundial. A origem da utilização dessa palavra nesse sentido, está em um fato da história militar do Japão, ou seja, a segunda invasão do país pelas tropas mongóis comandas por Kublai Khan, em 1281. No momento em que a batalha estava praticamente decidida em favor das hostes mogóis, um tufão destruiu o exército invasor. Os japoneses interpretaram o fenômeno natural salvador como intervenção dos deuses e o batizaram de *kamikaze* (vento divino).

Voltando à *Operação Decisão,* o comando militar japonês contava, ainda, com 53 divisões de infantaria e 25 brigadas, além de 2.350.000 soldados com experiência de combate, que seriam apoiados por funcionários civis das Forças Armadas e contaria, ainda, com uma milicia popular composta por 28 milhões de civis. Nesse cenário é válido acentuar o fato de que as forças terrestres japonesas estavam em condições muito melhores do que a Força Aérea, operacionalmente limitada a executar ataques suicidas; a Marinha de Guerra estava praticamente destruída, porém, o que ainda dela restava poderia ser utilizado em ações de guerrilha contra as forças navais de invasão. Existia, pois, a possibilidade de o governo japonês resistir em seu território por um bom tempo, utilizando um total de cinco milhões de soldados, além dos 28 milhões das tropas irregulares populares, forças que tinham pleno domínio do terreno, além de continuar a luta nos territórios ocupados no Pacífico: na Coréia, Manchúria, China e Taiwan, o Japão contava, ainda, com uma força que, em seu conjunto, chegava a 2 milhões de homens; na então Indochina Francesa, Tailândia e Birmânia, 200 mil; e em outras ilhas do Pacífico, cerca de 200 mil. A população do Japão, nos anos 40 era de 77 milhões de pessoas. Conforme proclamação do Quartel-General Imperial, a defesa do território japonês era obrigação de toda a população e que todos deviam participar da defesa do país, independente de sexo e idade.

Em julho de 1945, o serviço secreto do Estado Maior do Pentágono tomou conhecimento do potencial das forças que estariam dispostas na *Operação Decisão* e, em razão disso, o comando militar concluiu que uma invasão do arquipélago japonês, diante

da intensão dos militares nipônicos de resistir até o fim, sacrificaria, no mínimo, cerca de um milhão de vidas norte-americanas. Nessa mesma direção calculavam que as operações necessárias ao êxito da invasão seriam extremamente custosas e de difícil execução, e que os japoneses poderiam lançar, com muito mais recursos, uma guerra de guerrilha semelhante à que praticaram em *Iwo Jima* e *Okinawa*, com o agravante da amplitude do possível teatro de operações, 426 ilhas, e do reconhecido patriotismo e capacidade de resistência do povo japonês. Considerando tais argumentos, para obter a rendição incondicional do Japão, o recurso seria utilizar a bomba atómica, que, no início de agosto de 1945, estava à disposição do comandante supremo das Forças Armadas dos Estados Unidos, o presidente Truman, desde a madrugada do dia 16 de julho de 1945, ocasião em que a primeira bomba atômica foi detonada, com sucesso, na *Base de Testes Trinity,* instalação situada no deserto de *Jornada del Muerto*, na região de *Los Alamos,* no Novo México. Essa primeira bomba tinha como explosivo o plutônio, cuja detonação liberou o equivalente a 18,6 quilotons de TNT e desenvolvida pelo *Projeto Manhattan,* cuja equipe científica foi liderada pelo físico norte-americano, Julius Robert Oppenheimer e, sob o prisma administrativo-militar, pelo major-general Leslie Groves, membro do Corpo de Engenheiros do Exército norte-americano. A experiência *Trinity* foi um sucesso. Temia-se o fracasso da prova e, ainda mais, não se tinha certeza de que, uma vez, realizada a explosão, quais as verdadeiras consequências e a magnitude de destruição que poderia causar, como, por exemplo, incendiar toda a atmosfera da região. Ao final da experiência, comprovou-se que todas as considerações teóricas sobre a possibilidade de controle da nova arma estavam corretas. Duas outras bombas, que seriam lançadas contra o Japão, estavam sendo montadas.

Em 1965, em documentário realizado pela rede de TV norte-americana NBC, Oppenheimer afirmou que quando a primeira bomba nuclear explodiu no teste realizado no deserto do Novo México,

> "sabíamos que o mundo não seria mais o mesmo. Alguns riram, outros choraram. A maioria ficou em silêncio. Eu me lembrei do verso da escritura hindu, o *Bhagavad Gita*. Vishnu [uma das principais divindades do hinduísmo, encarnado como Krishna] tenta convencer o príncipe [Arjuna] a cumprir com sua missão. Para impressioná-lo, ele assume sua forma com múltiplos braços e diz: 'agora, eu me tornei a morte, o destruidor de mundos'. Imagino que todos nós tenhamos pensado aquilo, de uma forma ou de outra."[7]

[7] BISWAS, Soutik. *O livro sagrado indiano que influenciou Oppenheimer.* "Certa vez, os editores da revista *The Christian Century* pediram a Oppenheimer que indicasse os livros que

Segundo os biógrafos de Oppenheimer ele aprendeu o sânscrito para ler o *Bhagavad Gita* no original. Ainda sobre o *Projeto Manhattan,* desenvolvido durante quatro anos, por 130 mil pessoas, em 30 locais de pesquisa e produção de materiais nos Estados Unidos, Reino Unido e Canadá, a um custo de dois bilhões de dólares à época, valores atualmente equivalentes a mais de 26 bilhões de dólares, é importante destacar sua origem, ou seja, a partir de agosto de 1942, cientistas, engenheiros militares e profissionais de diversas outras áreas se empenharam nas pesquisas para produzir, antes dos alemães, que pesquisavam na mesma direção, a bomba de fissão nuclear. Sobre isso, é importante salientar o fato de que, desde 1939, cientistas de vários países tinham conhecimento teórico sobre a fissão nuclear e que se poderia produzir uma reação em cadeia que redundaria em uma explosão atómica. Cientistas europeus expatriados nos Estados Unidos, em razão da violência e das perseguições do nazifascismo, dentre outros, Albert Einstein, Enrico Fermi, Leo Szilard, Edward Teller, Hans Bethe, Niels Bohr e James Franck convenceram Albert Einstein a assinar a carta redigida pelo cientista Leo Szilard, físico nuclear húngaro naturalizado norte-americano, endereçada ao presidente Franklin D. Roosevelt. Com data de 2 de agosto de 1939, a missiva solicitava apoio governamental para o desenvolvimento de pesquisas nucleares com objetivo de, pioneiramente, chegar à construção de um novo tipo de bomba de incalculável poder destrutivo, antes que os alemães a construísse.[8] Essa carta fundamentou a criação do *Projeto Manhattan.* Dessa forma, na perspectiva de acabar com a guerra, no dia 26 de julho de 1945, os governos dos Estados Unidos, Reino Unido e China enviaram ao Japão mais um ultimato, ou seja, a *Declaração de Potsdam,* exigindo a rendição imediata e incondicional de todas as suas forças, sob pena da destruição total do país. A *Declaração de Potsdam* estava alicerçada em decisões da *Conferência de Potsdam*, reunião que ocorreu entre 17 de julho e 2 de agosto de 1945, com a participação do presidente do Estados Unidos, Harry Truman, do secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, Joseph Stalin, e do primeiro-

influenciaram mais profundamente suas visões filosóficas. *As Flores do Mal*, do poeta francês Charles Baudelaire (1821-1867), foi o primeiro. E, em segundo lugar, o *Bhagavad Gita"*. BBC NEWS - BRASIL, 26 de julho de 2023. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c98pnnjleq3o Acesso em 7 mai. 2025.

[8] O inteiro teor da Carta de Einstein a Franklin Roosevelt pode ser consultado em: *La Era Atómica.* GRODZINS M. e RABINOWITCH, E. (Directores). Barcelona: Ayma Sociedad Anónima Editora, 1966, p. 15-16.

ministro do Reino Unido, Winston Churchill; posteriormente, Churchill foi substituído por Clement Attlee, líder do Partido Trabalhista, em razão da surpreendente derrota do Partido Conservador nas primeiras eleições gerais que se realizaram no Reino Unido, em 05 de julho de 1945, após o termino da Segunda Guerra Mundial na Europa. Nessa reunião, conforme historiadores norte-americanos, Stalin ficara aparentemente indiferente quando Truman informou que estava disposto a usar uma nova e poderosíssima arma contra o Japão para acabar com a guerra no Pacífico. Stalin, certamente sabia a que arma o presidente Truman se referia, pois, cientistas soviéticos estavam trabalhando para produzir a bomba atômica,[9] provavelmente utilizando informações científicas que lhes foram passadas por um dos cientistas que participava do *Projeto Manhattan,* Klaus Fuchs, brilhante físico teórico comunista infiltrado em *Los Álamos.*

O governo japonês, de novo, ignorou o ultimato emitido pelos Aliados em Potsdam. Em nota à imprensa, o primeiro-ministro japonês, Kantaro Suzuki, em 28 de julho de 1945, declarava que o Japão prosseguiria lutando "vigorosamente até o pleno êxito na guerra".[10] Nesse sentido, afirmava, ainda, que o ultimato "era indigno de ser considerado como notícia pública".[11] A resposta dos Estados Unidos foi imediata: nesse mesmo dia aviões da Força Aérea norte-americana bombardearam várias ilhas do arquipélago nipônico. No dia seguinte, os ataques aéreos continuaram. Destarte, disposto a acabar com a guerra, evitar mortes norte-americanas e, ao mesmo tempo, afastar a possibilidade de a União Soviética entrar na guerra e participar da ocupação do Japão, o presidente Truman ordenou, no dia 6 de agosto de 1945, como informa Paul Johnson, "sem vacilar",[12] o lançamento da bomba atômica sobre a cidade de Hiroshima. Demonstrando ao mundo seu poder arrasador, a bomba sobre Hiroshima, batizada *Little Boy,* lançada às 8:15 da manhã, matou, de imediato, 80 mil pessoas e, posteriormente, em consequência da radiação, 140 mil japoneses perderam a vida. O presidente dos Estados Unidos, no dia em que autorizou o lançamento da bomba sobre Hiroshima, em

[9] GRODZINS M. e RABINOWITCH, E., op. cit. p.10.
[10] "O Exército, que clamava pela resistência total na guerra, considerava que o comportamento vago do governo poderia afetar o moral das tropas. Dessa forma, exigiu uma manifestação clara do primeiro-ministro Suzuki. Em uma entrevista coletiva à imprensa, o primeiro-ministro declarou: Vamos simplesmente ignorá-la". IKEDA, Daisaku. *Revolução Humana.* Tradução de Paulo Kiyoshi. São Paulo: Editora Brasil Seikyo, 2022, p. 90-91.
[11] Ibidem, p. 49.
[12] JOHNSON, op. cit. p, 692.

pronunciamento pelo rádio, enviou outro ultimato ao Japão. O documento deixava claro que seu País "estava preparado para destruir rapidamente e de forma completa todas as instalações produtoras em qualquer cidade do Japão, [...] bem como "aniquilar por completo a capacidade de guerra do país". E encerrou sua fala com a seguinte advertência: "Se não aceitarem os termos desta declaração cairá sobre o território japonês uma chuva de destruição nunca vista antes na face da Terra".[13]

O ataque nuclear a Hiroshima, apesar da demonstração arrasadora da nova arma, não foi suficiente para levar o gabinete nipônico a pedir a paz e sujeitar-se à rendição incondicional. Em consequência, os Estados Unidos lançaram a segunda bomba atômica, chamada *Fat Man*, desta feita sobre a cidade de Nagasaki, no dia 9 de agosto de 1945. De imediato, o ataque matou 40 mil pessoas; 30 mil, em decorrência da radiação, morreram nos anos seguintes.

> Aquele 9 de agosto se tornou o dia que decidiu a sorte do Japão. Na madrugada, a participação da União Soviética na guerra; às 11 horas, o lançamento da bomba atômica sobre Nagasaki; e, tarde da noite, a decisão pela rendição a outros países. Foi o triste dia da derrota.
>
> Às th45 do dia seguinte, 10 de agosto, por intermédio de países neutros, o Japão enviou o telegrama oficial de aceite da *Declaração de Potsdam* às Forças Armadas Aliadas e anunciou a decisão pelas emissoras de rádio do exterior. Assinou com a condição de [...] não incluir a exigência de mudança da autoridade do imperador.[14]

Segundo o cientista Eugene Rabinowith, "no dia em que o mundo tomou conhecimento da bomba atômica, Robert Hutchins, então chanceler da Universidade de Chicago, declarou: "A bomba atômica pede um governo mundial e, em seguida, nomeou uma comissão para elaborar uma Constituição para o mundo.[15] A Constituição mundial elaborada pelo professor Borguese e seus associados, foi desde logo esquecida". Tal assertiva constituiu, à época, a retomada da tese de Hegel do "fim da história", reavivada, equivocadamente, por Francis Fukuyama no final do século XX, com a derrocada da União Soviética.

Após tomar conhecimento do ataque a Hiroshima, a União Soviética declarou guerra ao Japão. Com dois milhões de soldados e centenas de blindados e de aviões militares, os soviéticos invadiram os Estados fantoches nipônicos de Manchukuo, na Manchúria, e Mengjiang, na Mongólia, e ocuparam territórios que estavam sob a

[13] IKEDA, op. cit. p. 94-95.
[14] IKEDA, op. cit. p. 96-97.
[15] GRODZINS M. e RABINOWITCH, E., op. cit. p.

soberania japonesa na Asia – norte da Coreia, Ilhas Sacalina e Curilas. O Japão, naquela altura, tinha ainda 700 mil soldados na China, cuja resistência foi logo vencida pelos soviéticos. Por fim, com o lançamento das duas bombas nucleares sobre seu território e a derrota dos seus exércitos na Asia, na reunião do governo japonês, realizada em 14 de agosto de 1945, o Imperador Hiroito ordenou ao Conselho de Guerra Imperial aceitar a rendição incondicional, nos termos da Declaração de Potsdam. Em 2 de setembro de 1945, a bordo do encouraçado Missouri, fundeado na Bahia de Tóquio, o ministro das Relações Exteriores do Japão, Mamoru Shigemitsu, firmou a Ata de Rendição do Japão aos Aliados, representados por Estados Unidos, China, Reino Unido, União Soviética, Austrália, Canadá, França, Holanda e Nova Zelândia. Foi o ato final de encerramento da Segunda Guerra Mundial no teatro de operações asiático.

A explosão da primeira bomba atômica no teste realizado no dia 16 de julho de 1945, no deserto do Novo México, como afirmado anteriormente, representou o início da Era Nuclear sob o ponto de vista técnico-científico; as bombas lançadas contra o Japão inauguraram a Era Nuclear sob a perspectiva político-estratégica.

Escrevendo sobre o lançamento das bombas atômicas sobre as duas cidades japonesas, Henry L. Stimson acentua que elas eram “algo mais do que uma arma de terrível destruição: eram armas psicológicas”, pois, o primeiro ataque aéreo com bombas incendiárias sobre Tóquio, em março de 1945, destruiu mais vidas do que em Hiroshima. Dezenas de outros ataques aéreos sobre várias cidades do arquipélago japonês resultaram na destruição total de dezenas de centros urbanos e causaram milhares de mortos, em número muito superior ao que acontecera nas duas cidades que sofreram o ataque atômico. Contudo, os japoneses continuaram lutando. Não foi uma bomba atômica ou duas que determinaram a rendição; foi, além da destruição material e de vidas, o terror que causaram e a possibilidade de outros ataques da mesma natureza. Além disso, o lançamento das bombas abriu aos pacifistas japoneses a oportunidade de promoverem a rendição incondicional e todo o prestígio do imperador Hiroito se exerceu em favor da paz. Quando o imperador ordenou a rendição, o perigoso grupo de fanáticos, que insistiam em continuar a luta foi “posto sob controle, e os japoneses se voltaram tão submissos, que a vasta empresa do desarmamento e da ocupação do Japão se realizaram com facilidade

sem precedentes".[16]

- III -

Concluindo essas breves considerações sobre a emergência da Era Nuclear, julga-se importante destacar o fato de que na segunda metade do século passado, as potências nucleares, principalmente os Estados e a então União Soviética, desenvolveram artefatos nucleares centenas de vezes mais destruidores do que as bombas atômicas lançadas sobre o Japão. A *Tsar Bomba*, por exemplo, também conhecida com as indicações – AN 602 ou RDS-220 –, testada pela extinta União Soviética, em 30 de outubro de 1961, e hoje parte do arsenal nuclear da Rússia, é a mais poderosa arma atômica existente no mundo. Trata-se de bomba de hidrogênio, ou bomba termonuclear. Sua potência é de 58 megatons, equivalentes a 58 milhões de toneladas de TNT. Para se ter uma ideia da potência dessa bomba, a que foi lançada sobre Hiroshima tinha um poder destruidor equivalente a 15 mil toneladas de TNT e a que arrasou Nagasaki, 21 mil toneladas.

Em 1947, o Comitê do Boletim dos Cientistas Atômicos da Universidade de Chicago, criou um relógio simbólico, que, desde então, sai na capa desse Boletim. Trata-se do chamado *Relógio do Apocalipse* que marcava, à época, sete minutos para a meia-noite. A partir daí, dependendo do agravamento da instabilidade no sistema internacional, consequente da competição entre as superpotências, os ponteiros avançariam ou retrocederiam. Se alcançassem zero hora projetavam a possibilidade do momento final da Humanidade. Durante a Guerra Fria os ponteiros foram, muitas vezes, adiantados e, em outras tantas, atrasados por exemplo, em 31 de julho de 1991, quando a União Soviética estava agonizante, e firmou, com os Estados Unidos, o Tratado de Redução de Armamentos Estratégicos, (START) os ponteiros voltaram dezessete minutos, a sua maior distância da meia-noite, desde 1947. Entretanto, um fato lastimável: em 02 de agosto de 2019, os Estados Unidos saíram desse acordo. Em consequência, analistas internacionais anunciam a retomada da corrida armamentista nuclear, na qual estão envolvidos Estados Unidos, Rússia e China. Vale lembrar que em 1998, quando os ponteiros marcavam 14 minutos para meia-noite avançaram cinco minutos, ficando a nove de zero hora, em razão de testes nucleares realizados por Índia e Paquistão O *Relógio do Apocalipse,* em sua atualização periódica, marca agora apenas 3 minutos para a meia-

[16] STIMSON, Henry L. *La decisión de usar la Bomba Atómica. In:* GRODZINS e RABINOWITCH, op. cit. p. 50-51

noite, em razão da possibilidade de catástrofe mundial decorrente do aquecimento global, do fracasso das políticas de contraproliferação nuclear, da posse de armas atômicas por Estados como a Índia, Paquistão, Israel e Coreia do Norte, e da possibilidade do Irã desenvolver programa nuclear com finalidade militar e, sobretudo, pela ameaça de armas dessa natureza caírem em mãos de grupos terroristas. Os países possuidores de armas nucleares dificultam toda e qualquer medida positiva para o desarmamento nuclear e a construção da paz e da segurança mundiais. Um mundo melhor só será possível com a redução dos riscos de guerra, com a melhoria das condições sociais de dois terços da população mundial e, sobretudo, com o rigoroso e indispensável respeito aos Direitos Humanos. Alarmados com o poder das armas nucleares, os bispos católicos dos Estados Unidos, em relatório divulgado em 1983, expressavam o seguinte: "Somos a primeira geração desde o Gênesis com a capacidade de destruir a obra de Deus".[17]

[17] NYE, JR, Joseph S. *Compreender os Conflitos Internacionais – Uma Introdução à Teoria e à História.* Tradução Tiago Araújo. Lisboa: Gradiva, 2002, p. 165.